



O ATLÂNTICO SUL, PORTUGAL E O CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

The South Atlantic, Portugal and the National Strategic Defense Concept

Alexandra Alhais
Mestranda em Direito e Segurança

RESUMO

Este trabalho procura explorar as dinâmicas existentes entre a região do Atlântico Sul, Portugal e as disposições que espelham a sua relação que estão contempladas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013. As novas dinâmicas provenientes da Globalização trouxeram novidades também no papel e no foco dado tanto ao Atlântico Sul como a Portugal, novos desafios e oportunidades num mundo em constante mudança.

PALAVRAS-CHAVE

Atlântico Sul; Portugal; Conceito Estratégico de Defesa Nacional; Globalização;

ABSTRACT

This paper aims to explore the existing dynamics between the South Atlantic region, Portugal and the dispositions that mirror their relation that are contemplated within the Strategic Concept of National Defense of 2013. The new dynamics from Globalization brought new features also in the role and focus given to both the South Atlantic and Portugal, new challenges and opportunities in a changing world.

KEYWORDS

South Atlantic; Portugal; Strategic Concept of National Defense; Globalization;

Introdução

A História de Portugal e a História do Atlântico Sul estão inevitavelmente entrelaçadas, feito este relativo ao fenómeno dos descobrimentos de que tanto portugueses como espanhóis foram percursos. Foi com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, no século XV, que o Atlântico Sul passou a ser visto como uma rota para o comércio marítimo e que permitia a Portugal desenvolver o seu comércio. A sua História ficou também marcada pelo comércio de bens, especiarias, minerais e de escravos, travessias que implicavam rotas entre as duas margens do Atlântico Sul e, estavam a par da afirmação de Portugal como potência ultramarina colonial. Foi então desde cedo que Portugal viria a manifestar uma vocação atlântica, estabelecendo o seu império colonial e de que ainda hoje há provas. Ditou a História que o Atlântico perdesse a sua centralidade em relação a outras regiões do globo, nomeadamente o centro europeu, e que Portugal visse a sua relação com as antigas colónias questionada, devido aos processos de descolonização que se desenrolaram. Porém, nas últimas décadas assistiu-se a um reacendimento da centralidade do Atlântico Sul e, também, uma tentativa portuguesa para reatar as relações com os Estados que correspondem às suas antigas colónias, sendo o expoente desse reatamento a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Esta nova era de centralidade veio com alguns custos associados, já que o Atlântico Sul viu-lhe sendo atribuída de novo maior importância graças à descoberta e exploração de recursos energéticos e minerais, viu os alguns Estados do seu hemisfério passar por processos de democratização e desenvolvimento económico, mas viu também

o surgimento de novas dinâmicas de carácter transnacional que constituem ameaças à segurança destes mesmos Estados e os seus recursos cobijados por muitas potências. Portugal, por sua vez, acaba por demonstrar também algumas vulnerabilidades em termos de dependências energéticas e alimentares, consideradas uma ameaça ao seu bem-estar e, por isso, deve investir no seu desenvolvimento e também na exploração dos recursos que possui e que se centram muito na área das energias renováveis. Contudo, através da intensificação da cooperação entre Portugal e países da CPLP e da região do Atlântico Sul, é possível contornar a questão de certa maneira. Através da diversificação de países com quem pode estabelecer e efetuar trocas comerciais e, boas relações com países com quem partilha uma organização, podem levar a que estas vulnerabilidades sejam no mínimo atenuadas. Há, por assim dizer, uma ligação inegável entre Portugal e o Atlântico Sul, algo também muito presente num dos documentos fundamentais para a Política Externa Portuguesa, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

1- O Atlântico Sul Atualmente: Perspetivas, Desafios e Oportunidades

1.1 Enquadramento geográfico e perspetiva histórica

O Atlântico Sul corresponde à região da Bacia do Oceano Atlântico que fica abaixo do Trópico de Câncer e, ao mesmo tempo, corresponde à região que deixa de estar sob a jurisdição da NATO (Guedes, 2016). Por sua vez, a região do Atlântico Sul acaba ainda por se poder dividir em quatro sub-regiões, tendo em conta faixas horizontais e verticais que interligam a bacia atlântica que hoje é tida como um hub global. É de salientar que, qualquer uma destas sub-regiões apresenta diferentes morfologias, dicotomias e desafios, sendo que muitos dos Estados localizados na bacia do Atlântico Sul apresentam variados problemas político-sociais, económicos, de estabilidade. O Oceano Atlântico acaba por ter muitas ligações, tanto a Norte como a Sul, que permitem o contacto com outros pontos geográficos mundiais.

A região do Atlântico Sul ganhou notoriedade aquando do aflorar de Portugal e Espanha enquanto potências marítimas e, principalmente, após a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama no século XV. Nesta época, foram os dois

países da Península Ibérica que desbravaram as milhas deste oceano e que iniciaram um primeiro movimento globalizante que marcou não apenas a História destes dois países, mas também de todos os territórios com que entraram em interação na época dos descobrimentos. O Atlântico Sul passou a ser palco de várias rotas comerciais, que visavam a troca de especiarias, produtos, minerais e escravos, centralidade esta que desvaneceu com a perda da hegemonia marítima por parte dos dois países da Península Ibérica a favor de outros Estados.

Ainda assim os Açores tornaram-se um ponto estratégico de grande influência, com uma localização mais central, permitiam que o comércio e os navios portugueses pudessem descarregar e reabastecer-se. Ao perder centralidade (muito graças ao fim do comércio de escravos) e deixar de ser um dos focos, o Oceano Atlântico passou a ter-se como o oceano mais pacífico a nível global. O verdadeiro reacendimento desta região deu-se apenas na 2ª Guerra Mundial, com registo de alguns U-boats a serem afundados na costa brasileira graças à Força Aérea Americana. Mais recentemente, voltou a adquirir um papel mais central durante a Guerra Fria, e, acabou por reunir influência e uma centralidade crescentes até aos dias de hoje.

1.2 - Desafios e Oportunidades

A Globalização veio alterar o paradigma e o status quo a nível internacional, vimos potências económicas emergir (como o Brasil), uma balança de poderes que deixou de ser bipolar, um boom tecnológico e científico e uma proliferação de novos atores internacionais de carácter não-estadual. Contudo, tal como afirma Nelson Lourenço : “Se a internacionalização do capital, o consumismo e a construção de um mercado global são partes de um processo de globalização, são também componentes essenciais para a compreensão do crime, quer na sua génese e natureza, quer nas representações sociais sobre ele e no seu impacto sobre a sociedade.” A Globalização acabou por acarretar uma maior suscetibilidade a ameaças, onde a interdependência complexa, as novas tecnologias e avanços científicos e o maior acesso às Tecnologias de Informação “abriram uma janela” a novos tipos de criminalidade. Como continua Nelson Lourenço “A relação entre crime e globalização ganha contornos particulares a partir da emergência de três fenómenos de proporções socialmente relevantes, com impactos científicos à escala local e global: violência urbana, criminalidade organizada internacional; e terrorismo.”

Ou seja, segundo o autor, a Globalização trouxe consigo também uma nova conflitualidade, uma awareness para certos acontecimentos, temas e ameaças que deixaram de ser apenas locais, regionais e que deixam de estar apenas debaixo da competência estadual. Encontramo-nos perante um Sistema Internacional onde também Organizações Internacionais como a ONU, UE e NATO se assumem como organismos de proteção da paz e segurança internacionais, para além de a sua atuação também incidir em matérias diferentes, especialmente a União Europeia. Assim, algumas matérias deixaram de estar apenas a cargo dos Estados, falando-se em soberania partilhada, havendo uma descentralização das atividades de segurança e uma interdependência complexa que iluminam a ideia de que é uma responsabilidade global e partilhada, onde as novas ameaças só podem ser combatidas através da cooperação transnacional. Estas novas ameaças e nova conflitualidade deixam de advir de grupos com sedes em certos Estados e passam a ser também elas de carácter transnacional. Um exemplo ilustrativo são os ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, que alertaram para esta mudança na Nova Ordem Internacional, para as novas ameaças e para a globalização dos problemas e surgimento de uma criminalidade que deixava de se circunscrever a um certo tipo de alvos e de meios usados.

No Atlântico Sul também se sentiram e sentem os efeitos da Globalização, com o surgimento de Estados com economias emergentes (Brasil por exemplo) que se assumiram como potências regionais enquanto um dos efeitos positivos deste fenómeno que se pautou também pelo surgimento de determinados efeitos negativos sentidos na região. Apesar de as várias sub-regiões terem diferentes características, as sub-regiões são assombradas por problemas e ameaças à sua estabilidade e que por isso mesmo constituem uma ameaça à estabilidade da própria bacia do Atlântico. Por um lado, a criminalidade organizada e pirataria, do lado africano, de outro, a instabilidade política e o narcotráfico. Estes juntam-se à imigração ilegal que flui em direção ao hemisfério norte. Em termos de maior instabilidade ou conflitos que ocorrem na bacia do Atlântico Sul não podemos deixar de mencionar os conflitos entre a Guiné-Equatorial e o Gabão em relação a ilhas onde se pensa existirem jazidas de petróleo, entre Angola e a República Democrática do Congo em relação a fronteiras marítimas e, as disputas pelas Falkland ou Ilhas Malvinas entre o Reino Unido e a Argentina, disputa esta que deu mesmo lugar a uma guerra de curta duração em 1982 e, que culminou, mais recentemente, num

referendo dirigido aos habitantes do território onde foi decidida a sua pertença ao Reino Unido, referendo este que não é reconhecido pela Argentina.

Ou seja, podemos denotar alguns problemas e ameaças à segurança desta região do globo, sendo uma área onde vigoram países marcados pela instabilidade. Daqui salientamos o Brasil e Angola, que apesar de enfrentarem mais recentemente alguns problemas de instabilidade política, social e económica, contribuíram e muito para esta crescente centralidade do Atlântico Sul.

Assistimos a uma nova arquitetura securitária, com algumas potências a aumentar a sua presença na região do Atlântico Sul e com os próprios Estados a investir de forma crescente em armamento, algo que se revê no facto de os Estados Unidos da América terem reativado a sua IV Frota de forma a lidar com a globalização das ameaças e conflitualidade. Esta nova arquitetura securitária acaba por se justificar por esta globalização e proliferação das ameaças, isto porque, os problemas são globais e não apenas regionais, algo que se pode verificar pelas próprias rotas de imigração ilegal em direção ao hemisfério norte. Pirataria e criminalidade internacional organizada são fenómenos que têm alguma intensidade na zona do Atlântico Sul, especialmente em território africano, o que constitui uma ameaça não apenas à segurança da bacia atlântica, mas global. Estas constituem as suas grandes fragilidades e por isso também alguns dos seus maiores desafios, no entanto, muitos dos Estados do Atlântico Sul não possuem meios para se proteger de determinadas ameaças internas e externas, por exemplo, é no continente africano que podemos encontrar muitos exemplos de “Failed States”, o que faz com que organizações como a NATO tentem alargar a sua jurisdição através de operações conjuntas (como aconteceu com operações de cooperação realizadas com Cabo Verde) e também deu o mote para se falar na criação de uma alternativa à NATO mas com jurisdição no hemisfério Sul (depois do trópico de Câncer que é o fim da jurisdição da NATO), algo como uma South Atlantic Treaty Organization.

Uma das grandes potencialidades do Atlântico Sul é mesmo a existência de muitos recursos minerais e energéticos, nomeadamente no Brasil que é o Estado com reservas petrolíferas no pré-sal, assim como este recurso também pode ser encontrado no território de outros Estados como Angola ou S.Tomé e Príncipe. “Sem incluir o potencial do pré-sal brasileiro, a produção diária de petróleo no mar na América do Sul pode crescer de 2,5 milhões de barris em 2005 para 6,1 milhões de barris até 2030

(crescimento de 144%). No mesmo período, a produção no litoral da África pode passar de 4,9 a 12,4 milhões de barris por dia (crescimento de 153%)” (Pesce, cit. in Guedes 2012).

É importante frisar que o Atlântico Sul possui grandes quantidades de outros recursos também eles importantes, desde hidrocarbonetos a nódulos polimetálicos, o que contribui para a crescente valorização da região quanto à riqueza energética que se vai descobrindo. Mais uma vez, isto leva a que haja toda uma “Scramble for South” à semelhança do que aconteceu no passado na “Scramble for Africa”, pois, a riqueza em termos energéticos e de biodiversidade desta região tem despertado o interesse de várias potências globais como já mencionei anteriormente. Rússia, China e Estados Unidos da América são alguns dos Estados que têm vindo a investir na região, que, também ela acabou ganhar visibilidade graças ao alargamento do canal do Panamá que permitiu que navios de maior tonelagem pudessem usar o canal nas suas rotas marítimas comerciais, o que beneficiou largamente a Bacia do Atlântico e, em específico, o Atlântico Sul e mesmo Portugal. “O alargamento do Canal do Panamá (com conclusão prevista para 2014) irá aumentar o fluxo comercial entre a Ásia e a Europa, podendo Portugal (Porto de Sines, pelas suas águas profundas) ser porta de entrada (ou de saída) na União Europeia (UE).” (Palmeira, 2010)

Ou seja, o Atlântico Sul possui muitas potencialidades, tem muitos recursos por explorar em termos de biodiversidade e recursos minerais e energéticos. Tem-se tornado num hub global com uma centralidade crescente e tem beneficiado com o alargamento do canal do Panamá e suas ligações a outros oceanos do globo. Contudo, em simultâneo, revela alguns problemas securitários, desafios estes que podem ameaçar a estabilidade da bacia atlântica, como atividades de narcotráfico, pirataria ou crime organizado, instabilidade político-social, problemas económicos de Estados da bacia e corridas armamentistas. Os Estados que não possuem meios suficientes para assegurar a própria segurança das suas ZEE acabam por estar vulneráveis e, atividades de pirataria tendem a ser um dos motivos que podem afastar possíveis cargueiros e fazer desviar rotas comerciais que se poderiam revelar muito importantes.

2 - Qual a Importância Geoestratégica do Atlântico Sul para Portugal?

O atlantismo e o colonialismo foram duas dinâmicas e vertentes muito presentes na Política Externa Portuguesa dos últimos séculos, desde os descobrimentos e até ao fim do Regime Salazarista que estes vigoravam como pontos centrais a manter. No pós-Segunda Guerra Mundial, Portugal era alvo de críticas por parte da Comunidade Internacional por não reconhecer a independência das suas colónias, o que se traduziu num certo negligenciar do país no seio das organizações internacionais devido à posição adotada. O processo de descolonização foi duro e não foi pacífico, o que prejudicou as relações entre Portugal e antigas colónias, grande parte delas localizadas na área do Atlântico Sul. Tendo sido arrancada “a ferros” tornou difícil uma reaproximação imediata, algo que Portugal procurava, de forma a alimentar uma relação à semelhança da existente entre os Estados da Commonwealth Britânica. Aos poucos, Portugal deixou de ser visto apenas no papel de invasor e na dinâmica de colonizador-colónias, procurou implementar mais uma ideia de possibilidade de cooperação e entreajuda com base na História, cultura e língua em comum, algo espelhado pela CPLP.

Hoje em dia, é então através da Comunidade Países de Língua Portuguesa que mais se manifesta o reatamento de relações, baseando-se nas similaridades culturais e na existência de uma História comum e, essencialmente, uma língua comum. Segundo Laura Ferreira-Pereira hoje vemos que “a Política Externa Portuguesa assenta num tripé”, apresentando uma vertente europeísta (dinâmica que inclui a União Europeia), uma euro-atlântica (que em termos mais securitários implica a participação na NATO) e uma vertente atlântica (que se centra no Atlântico Sul) e que se manifesta por exemplo na valorização da lusofonia. “-A valorização da vocação atlântica de Portugal;” e “-O empenho na consolidação da CPLP” (CEDN , 2013) surgem como os objetivos conjunturais enunciados no CEDN norteadores de algumas das dinâmicas a adotar na Política Externa Portuguesa.

Neste sentido, vemos Portugal inserido em vários espaços, União Europeia, CPLP e NATO, o que lhe proporciona uma maior centralidade pois permite a que se assuma como representante e mediador das relações entre as várias organizações que integra. Portugal chegou mesmo a proporcionar cimeiras UE-África. Em termos do projeto europeu, Portugal tem perdido centralidade com os alargamentos que têm sido

concretizados, deixou de ser dos “mais pequenos” e a distribuição de fundos comunitários também se reviu nesse sentido. Com a nossa posição geográfica, no ponto mais a oeste da Europa, Portugal vê na NATO e no Atlântico Sul a possibilidade de se destacar enquanto hub, enquanto elo de ligação. Ao promover relações entre Estados com economias emergentes e organizações como a União Europeia, Portugal procura recuperar essa centralidade, ao mesmo tempo que, com boas relações com as suas antigas colónias, presentes no Atlântico Sul, Portugal pode conseguir alternativas para as suas dependências energéticas que vêm enunciadas no próprio Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

2.1– Importância do Atlântico Sul no Conceito Estratégico de Defesa Nacional

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional vem definir os aspetos fundamentais da estratégia global que Portugal adota ou deve adotar no sentido de conseguir atingir os objetivos da sua política de segurança e de defesa nacional. O CEDN em vigor é o documento aprovado em 2013, documento este que sofreu influência direta quer do novo Conceito Estratégico da NATO de 2010, como do Tratado de Lisboa. O nosso Conceito Estratégico de Defesa Nacional mais recente traz algumas novidades em relação ao anterior na medida em que, o CEDN de 2003 se pautava muito pela incidência em matérias militares de segurança e defesa, enquanto o de 2013 foca também dimensões económicas e energéticas como grandes dependências e deficiências de Portugal, a par da enunciação de outras ameaças, oportunidades e objetivos.

O CEDN vem salientar que alguns dos interesses da Política Externa Portuguesa são, exatamente, o afirmar da presença portuguesa no mundo e o consolidar a sua presença numa rede de alianças, ao mesmo que tempo que se procura defender e manter a credibilidade do Estado. São salientadas ainda algumas das vulnerabilidades que Portugal possui e podem constituir ameaças ao seu bem-estar económico, social e político. O próprio CEDN refere-se a países do Atlântico Sul como tendo “relevância geo-económica” devido às suas riquezas em termos de recursos energéticos, minerais e alimentares. Sendo então a sustentabilidade do país um dos pontos norteadores das suas Relações Internacionais, graças à dependência energética, alimentar e económica, as relações com os países da CPLP e outros Estados do Atlântico Sul podem ser de grande

importância para Portugal e seus objetivos. Primeiro, temos então a autonomia energética e alimentar como uma das grandes vulnerabilidades que Portugal demonstra, sendo Portugal um país de importação de recursos energéticos, contrariamente a outros Estados-Partes da CPLP localizados geograficamente na região do Atlântico Sul e, ao promover boas relações e ao incrementar a cooperação entre países lusófonos, Portugal pode tirar proveito dessas boas relações para poder contrariar as suas dependências energéticas e conseguir proteger-se ao diversificar as fontes de fornecimento a que recorre. Como já aconteceu no passado, e atentando à Nova Ordem Internacional onde novos tipos de conflitualidade surgem e, cada vez mais, há perturbações internacionais que podem prejudicar o abastecimento para a Europa de recursos energéticos como o gás natural e o petróleo, a diversificação das fontes por parte de Portugal acaba por ser uma forma de se resguardar para a eventualidade de esse fornecimento ser cortado devido à ocorrência de perturbações internacionais. Principalmente nestes últimos anos, temos assistido a mudanças na balança de poder e na ordem internacional, mais recentemente, com a eleição de Donald Trump como presidente sucessor de Barack Obama na Presidência dos Estados Unidos da América, há muitas mudanças que podem vir a dar-se, quer em termos de armamento, de investimento e ações militares que possam vir a ser iniciadas. Com isto, uma das mudanças que se teme que surja de facto relaciona-se com o empenhamento dos Estados Unidos da América nos seus compromissos com a NATO, algo que pode pôr em causa toda a existência da organização e da segurança da bacia oceânica. No caso de surgirem novos conflitos ou perturbações que envolvam países exportadores de matérias-primas e recursos energéticos, o fornecimento destas em direção à Europa pode vir a ser comprometido e, como se sabe, hoje em dia há muitas maneiras de prejudicar outros Estados sem implicar a agressão efetiva.

Segundo o CEDN, Portugal deve procurar apostar “na exploração sustentável dos seus recursos minerais, energéticos e biogenéticos” podendo ainda colocar-se no centro das redes portuárias internacionais que pode proporcionar a possibilidade de beneficiar da posição central em termos de rotas comerciais de troca de bens, produtos e serviços. A posição central que se mencionou vem um pouco de encontro também à perspetiva de que com o alargamento do canal do Panamá, Sines, enquanto porto de águas profundas, pode destacar-se como o ponto de entrada para a União Europeia. Portugal, de forma

geográfica, conta com uma posição de destaque em termos marítimos, seja no tamanho e extensão da sua Zona Económica Exclusiva, seja em localização mais a oeste que lhe confere maior centralidade quando o que está em causa são as relações euro-atlânticas, daí ser algo de que o país deveria tentar tirar partido. Os Açores, permitem uma posição ainda mais central dentro do Atlântico, tornando-se a ponte física entre a América do Norte e a Europa.

Há que ter em conta que no hemisfério Sul, a língua portuguesa tem um lugar de destaque e, com a evolução das últimas décadas, segundo o CEDN “passaram a existir condições para uma convergência democrática no espaço atlântico e para construir uma nova identidade para o Atlântico (...). A unidade do Atlântico antecipa a necessidade de uma nova comunidade transatlântica para garantir a segurança não só das linhas de comunicação marítimas, mas também das reservas energéticas e de matérias-primas cuja importância se vai consolidar com o desenvolvimento futuro da nova economia do mar.” O mesmo documento, volta a salientar que os países da comunidade lusófona são países com quem se partilham laços comuns e são importantes em termos de trocas económicas e parceiros de progresso.

Em suma, estão presentes no Conceito Estratégico de Defesa Nacional muitos pontos que focam a forma como Portugal encara o Atlântico Sul e a importância geoestratégia que esta região tem para o país. O CEDN consagra ainda objetivos e ambições que se podem cumprir através das relações e do investimento em organizações de carácter regional que integra, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Portugal, no CEDN, acaba por ambicionar afirmar-se no mundo, algo que consegue fazer explorando as suas vertentes euro-atlânticas e lusófonas, pois, especialmente a lusófona, que lhe dá um estatuto especial no seio dos Estados da região do Atlântico Sul, permite-lhe destacar-se em relação a outros Estados com os quais partilha certos palcos internacionais, nomeadamente a União Europeia. Isto leva a que uma das formas de combater o medo do isolamento português seja investir naquilo que torna a nossa política externa e História diferente da dos outros Estados. Estreitando relações com a CPLP e investindo na NATO, o capitalizar da posição favorável e das boas relações é então uma das formas de afirmação portuguesas. A isto acrescenta-se o potencial que o Atlântico Sul tem em termos de reservas de recursos naturais e energéticos, cuja importância é inegável nos dias de hoje e constitui uma das fraquezas/vulnerabilidades que Portugal

apresenta. Em termos militares, Portugal também beneficia com a criação de uma organização que seja coprodutora de segurança e cuja finalidade seja o Atlântico Sul, pois quanto às dinâmicas militares Portugal também está dependente da ação da NATO (Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte) e interessa-lhe que países da CPLP e toda a região do Atlântico Sul tenham uma arquitetura securitária que permita a exploração energética e o desenvolvimento económico de forma segura e com a minimização das ameaças possíveis.

Conclusão

Com o fenómeno da Globalização assistimos ao surgimento de uma nova conflitualidade, ao surgimento e preponderância no Sistema Internacional de novos atores globais, às novas economias emergentes e a novas ameaças pautadas também pela sua génese ambiental, energética e social. Esta assinalou também um reemergir do Atlântico Sul como um “hub global”, onde se registam jazidas e reservas de grandes dimensões de recursos energéticos e naturais de grande valor em termos internacionais e essenciais aos Estados atuais, no entanto, ao mesmo tempo que o Atlântico Sul afirmou o seu potencial em termos de recursos energéticos, há ameaças à segurança da exploração dos mesmos e à independência e sobrevivência de Estados da bacia atlântica. Portugal mostra-se interessado no potencial energético e geoestratégico no Atlântico Sul, que lhe pode conferir uma diversidade de fontes energéticas, boas relações com países em crescimento e com os quais pode vir a desenvolver futuras trocas económicas ou acordos dos quais pode beneficiar, quando em simultâneo também pode promover a economia nacional em mercados mais relacionados com o hemisfério Sul, contrariando a posição periférica que tem em relação ao centro europeu. É também através do Atlântico que, não só se podem atenuar as dependências energéticas, mas também se pode enaltecer a posição e perceção de Portugal no mundo. Isto acontece graças à inserção portuguesa em várias organizações internacionais e, procurando ser o elo de ligação entre as mesmas, pode revelar a importância que possui nas relações diplomáticas internacionais.

No entanto, há que acautelar ao facto de, apesar do Conceito Estratégico de Defesa Nacional ver muitos objetivos ou investimentos concretizáveis para Portugal se conseguir afirmar e explorar as suas relações com países do Atlântico Sul, estamos perante um Sistema Internacional em constante mudança e as próprias economias de

Angola e do Brasil têm sofrido alterações, assim como períodos de instabilidade em certos Estados da Bacia do Atlântico. Tudo isto pode vir a pôr em causa a exploração do Atlântico Sul e as relações com outros Estados. Sendo ainda importante lembrar que, no futuro, pode haver mudanças na balança de poder internacional que perigam estes Estados e mesmo Portugal, usando de novo a ideia de que a mudança na liderança da presidência americana com Donald Trump pode trazer muitas mudanças e, devemos estar recetivos à possibilidade de ver a própria segurança portuguesa comprometida no caso dos Estados Unidos da América mudarem as suas políticas dentro das organizações internacionais que integram e que são importantes para a manutenção da paz e segurança internacionais. Assim como podemos assistir a uma aproximação histórica entre Estados Unidos da América e Rússia, ou pelo menos a uma convergência em alguns pontos.

Uma coisa é certa, muitas potências se têm interessado pelo Atlântico Sul, reconhecendo o seu potencial e as suas vantagens em comparação com outras áreas do globo. Interesse este que Portugal partilha com potências como Rússia, Estados Unidos da América ou China. Resta a Portugal continuar a investir nas suas relações, visando o cumprimento dos seus objetivos para a região do Atlântico Sul, procurando tirar vantagens das suas relações com países do Atlântico Sul, especialmente da CPLP e, estreitar as mesmas em esforços de cooperação e com base na ajuda mútua.

Bibliografia

Arena, M. d. (2011). Expandindo a influência Portuguesa através da diplomacia de peacekeeping. OBSERVARE 1st International Conference. Obtido em 8 de janeiro de 2016, de http://observare.autonoma.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Maria_Ceu_Pinto.pdf

Brozoski, F. P. (2013). A REVALORIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E GEOECONÔMICA DO ATLÂNTICO SUL NO SISTEMA INTERNACIONAL . Rio de Janeiro. Obtido de www.academia.edu.

Couto, A. C. (2012). A Importância Estratégica do Atlântico Sul. Nação e Defesa, 238-246.

Gorjão, P. (2014). Lusophonia and the continued centrality of the Portuguese-speaking community. Em L. C. Ferreira-Pereira, Portugal in the European Union - Assessing twenty-five years of integration experience (pp. 172-182). Routledge.

Gouveia, J. B., Pereira, R., Ferreira, A., & Teixeira, V. (2016). Leis de Direito da Segurança (3ª edição ed.). Lisboa, Portugal: QUID JURIS.

Guedes, A. M. (2012). Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul, e a construção da «Lusofonia». JANUS.NET e-journal of International Relations.

Guedes, A. M. (2016). Liaisons Dangereuses: Reading and Riding the Winds of Security Risks in the South Atlantic. Em D. Hamilton, "Dark Networks" in the Atlantic Basin (pp. 205-235).

Lourenço, N. (2015). Criminalidade Transnacional e Globalização. Em J. B. Gouveia, & S. Santos, Enciclopédia de Direito e Segurança (pp. 94-96). Almedina.

Moreira, A. (1996). Teoria das Relações Internacionais. Coimbra: Almedina.

Palmeira, J. A. (2014). Potencial geopolítico da CPLP na segurança internacional. Em M. Martins, R. Cabecinhas, L. Macedo, & I. Macedo, Interfaces da Lusofonia. Universidade do Minho, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Obtido em 30 de 12 de 2016, de http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1753

Portugal, G. d. (2013). Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Rodrigues, A. R. (13 de 6 de 2013). Os Novos Rumos do Conceito Estratégico. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. Obtido em 30 de 12 de 2016, de http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20058%20200613%20conceito%20estrategico.pdf